

A influência do índice de desenvolvimento humano municipal sobre o desenvolvimento de políticas esportivas educacionais, de rendimento ou de lazer no Brasil
The influence of the municipal human development index on the development of educational, income or leisure sports policies in Brazil
La influencia del índice de desarrollo humano municipal en el desarrollo de políticas deportivas educativas, de rendimiento o de ocio en Brasil

*Emerson Liomar Micaliski, **Cláudio Hélio Radtke Junior, **Andrelise Hertes, *Mayara Torres Ordonhes, **Katuscia Mello Figuerôa, *Fernando Renato Cavichioli

*Universidade Federal do Paraná (Brasil), **Centro Universitário Internacional Uninter (Brasil)

Resumo. Este estudo teve por objetivo descrever as características da gestão esportiva municipal e verificar se o índice de desenvolvimento humano municipal exerce influência sobre o desenvolvimento de políticas esportivas educacionais, de rendimento ou de lazer. O estudo possui abordagem quantitativa e consiste em um estudo *ex post facto*. A pesquisa foi desenvolvida por meio do levantamento de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2016 e do Censo Demográfico de 2010, sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Com a realização da pesquisa, evidenciou-se que existe uma diferença entre a escolaridade dos homens e das mulheres para ocupar o cargo de gestor e, de modo geral, verificou-se a importância de os gestores possuírem conhecimento técnico para executar suas tarefas. Além disso, pode-se perceber que existe uma tendência maior na realização de ações esportivas de rendimento quando os municípios possuem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal maior.

Palavras-chave: Esportes, Política pública, Gestão esportiva.

Abstract. This study aimed to describe the characteristics of municipal sports management and assess whether the municipal human development index influences the development of educational, performance or recreational sports policies. The study employs a quantitative approach and is an *ex post facto* study. The research was conducted by gathering data from the 2016 Municipal Basic Information Survey and the 2010 Demographic Census, which were compiled by the Brazilian Institute of Geography and Statistics. The research revealed that there is a difference in the education levels between men and women holding managerial positions, and in general, it underscored the importance of managers having technical knowledge to carry out their tasks. Furthermore, it can be observed that there is a greater tendency to implement performance sports activities when municipalities have a higher Municipal Human Development Index.

Keywords: Sports, Public policy, Sports management.

Resumen. Este estudio tuvo como objetivo describir las características de la gestión deportiva municipal y verificar si el índice de desarrollo humano municipal influye en el desarrollo de políticas deportivas educativas, de rendimiento o de ocio. El estudio tiene un enfoque cuantitativo y consiste en un estudio *ex post facto*. La investigación se desarrolló a través de la recolección de datos de la Encuesta de Información Básica Municipal de 2016 y del Censo Demográfico de 2010, sistematizados por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística. Con la realización de la investigación, se evidenció que existe una diferencia entre la escolaridad de hombres y mujeres para ocupar el puesto directivo y, en general, se constató la importancia de que los directivos cuenten con conocimientos técnicos para ejecutar sus tareas. Además, se puede percibir que existe una mayor tendencia a realizar actividades deportivas de alto rendimiento cuando los municipios tienen mayor Índice de Desarrollo Humano Municipal.

Palabras clave: Deportes, Políticas públicas, Gestión deportiva.

Fecha recepción: 09-08-23. Fecha de aceptación: 26-10-23

Emerson Liomar Micaliski
emicaliski@hotmail.com

Introdução

Inúmeras são as abordagens a respeito do papel do Poder Público no desenvolvimento das políticas públicas voltadas ao esporte no Brasil, seja em sua manifestação educacional, de formação, participação ou rendimento (Brasil, 1993; Brasil, 1998; Brasil, 2001; Brasil, 2015). Haja vista que o esporte, o lazer e a saúde consistem em direitos garantidos constitucionalmente, é dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não-formais por meio do desenvolvimento de diversas políticas públicas esportivas (Silva, Ungleri, 2023; Brasil, 1998).

Considerando a ausência de uma definição clara da responsabilidade federal, estadual e municipal dentro do Sistema Nacional de Esportes do Brasil (Castro, Camargo, Mezzadri, 2023), tanto a União quanto os Estados e

Municípios desenvolvem políticas esportivas nas diferentes manifestações esportivas. Todavia, considerando a existência de especificidades em cada região do país, o financiamento esportivo acaba ocorrendo de maneira assimétrica (Castro, Camargo, Mezzadri, 2023; Santos, Canan, Starepravo, 2018; Santos et al., 2018; Santos, Santos, 2019). A partir disso, no ano de 2023 foi instituída a Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023) que visava dispor sobre o Sistema Nacional do Esporte (Sinesp) e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Esportivos (SNIIE), a ordem econômica esportiva, a integridade esportiva e o Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte (BRASIL, 2023).

Tendo em vista que, no Brasil, os órgãos de administração pública possuem papel significativo na implementação das políticas esportivas, conhecer a estrutura desses níveis

de gestão é uma tarefa de suma relevância. Com base nisso, em 2016 foi realizada uma Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) com o intuito de fornecer informações sobre a administração pública local. Dentre as informações levantadas, foram sistematizados dados sobre a gestão pública do esporte nos municípios. A partir desses dados, foi possível obter um panorama da gestão do esporte nos respectivos municípios brasileiros, verificando aspectos como a caracterização do órgão gestor e dos gestores municipais, os instrumentos, convênios, parcerias, ações, projetos e programas esportivos desenvolvidos por cada município, assim como outras variáveis externas relacionadas à gestão esportiva municipal (IBGE, 2017).

Todavia, é válido ressaltar que cada município possui as suas especificidades regionais e tal fato pode interferir nesses índices de gestão. Um indicador que pode ser utilizado para evidenciar as desigualdades regionais é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM. Esse indicador dá destaque às pessoas, já que são o ponto central da análise do bem-estar, contrariando a ideia de crescimento do ponto de vista econômico. Isso porque o crescimento econômico não acarreta automaticamente a qualidade de vida e, ao contrário, pode acentuar as desigualdades. Daí as três dimensões de classificação do IDH: longevidade (que retrata a oportunidade das pessoas que compõem uma sociedade de ter uma vida longa e saudável, evitando a morte prematura, garantindo um ambiente saudável e tendo acesso à saúde de qualidade); educação (ter acesso ao conhecimento, haja vista que a educação é de extrema importância para expandir as habilidades das pessoas e permitir suas escolhas para o futuro) e renda (ter um padrão de vida digno, já que a renda permite às pessoas não só ter acesso às necessidades básicas, como água, comida e abrigo, mas possibilita o exercício de liberdades e sua ausência pode diminuir as oportunidades de vida (AtlasBR, 2020, on-line).

Estudos anteriores buscaram analisar as relações entre a gestão do esporte e o Índice de Desenvolvimento Humano (Sentone, López-Gil, Caetano & Cavichioli, 2020; Santos, 2019; Santos, 2018; Santos e Hirata, 2017) e verificaram que podem existir associações entre este índice e o desenvolvimento do esporte em si, em suas diferentes manifestações (Santos, Santos, 2018).

A partir disso, evidencia-se a possibilidade de se realizar uma análise da gestão pública do esporte nos municípios considerando as especificidades regionais por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, além de verificar as suas possíveis interveniências. Desse modo, o presente estudo tem como objetivo principal descrever as características da gestão esportiva municipal e verificar se o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) exerce influência sobre o desenvolvimento de políticas esportivas educacionais, de rendimento ou de lazer.

Método

Desenho do estudo e procedimentos

O presente estudo possui abordagem quantitativa,

caracterizado como um estudo *ex post facto* (Kothari, 2004). O levantamento de informações ocorreu nas bases de dados em meio aberto da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acessando o suplemento de Esporte, em sua edição mais recente – 2016 (IBGE, 2017). Este levantamento ocorreu no período de 01/01/2016 até 31/12/2016.

A partir dos dados brutos, foram realizadas estatísticas descritivas que permitiram traçar um panorama da política municipal de esportes nos municípios brasileiros. Além disso, foram projetadas relações entre os dados publicados pelo Censo Demográfico de 2010 do IBGE (2017) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM (AtlasBR, 2020, on-line). A utilização dos dados de 2010 se justifica tendo em vista que esta foi a última fonte de dados oficiais, considerando a não realização do Censo Demográfico de 2020 (Agência Brasil, 2021).

O número total da amostra foi de 5.570 municípios brasileiros. Os municípios foram agrupados com base nas categorias propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de acordo com o tamanho da população, sendo elas: Grupo 1 (<10,000); Grupo 2 (10,001 – 50,000); Grupo 3 (50,001 – 500,000); Grupo 4 (idades com população > 550,001). Posteriormente, os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de cada integrante da amostra foram identificados e classificados da seguinte maneira: muito baixo, para valores entre 0 e 0,499; baixo, entre 0,5 e 0,599; médio, entre 0,6 e 0,699; alto, entre 0,7 e 0,799; e, muito alto, para aqueles acima de 0,8 até 1 (AtlasBR, 2020).

Análise dos dados

Para realizar as análises estatísticas e a apresentação dos dados, utilizaram-se os *softwares IBM SPSS Statistics*, versão 25 (IBM Corp, Armonk, Nova York), e *GraphPad Prism*, Versão 8.2.1. Além da estatística descritiva, realizou-se o teste de Regressão Logística Binária. O nível de significância dos testes foi mantido em $p < 0,01$. Posteriormente, os resultados obtidos foram analisados e discutidos em conjunto com o referencial teórico, a fim de responder ao objetivo do presente estudo.

Resultados

A amostra foi composta por 5.570 municípios, distribuídos pelas cinco regiões do país (Norte $n=450$; Nordeste $n=1.794$; Sudeste $n=1.668$; Sul $n=1.191$; Centro-Oeste $n=467$). Constatou-se que, dentre as regiões brasileiras, a que apresentou a maior incidência de municípios sem nenhuma estrutura para tratar do esporte foi a região Sudeste ($n=52$), seguido de Nordeste ($n=48$), Sul ($n=15$), Norte ($n=8$) e Centro-Oeste ($n=4$). Quanto ao tamanho dos municípios, 2.447 do total de municípios analisados pertencem à categoria 1 (43,93%), 2.464 à categoria 2 (44,24%), 618 à categoria 3 (11,09%) e 41 à categoria 4 (0,73%). A distribuição está disposta na Figura 1.

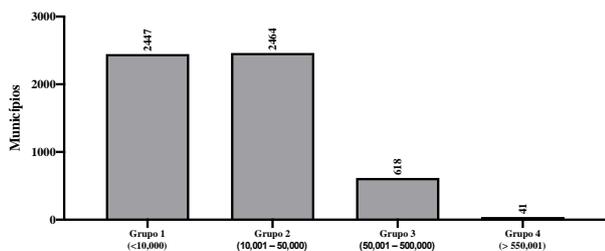


Figura 1. Distribuição dos municípios de acordo com o tamanho da população.

A seguir, pode-se verificar a distribuição dos municípios de acordo com a categoria do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (muito baixo, para valores entre 0 e 0,499; baixo, entre 0,5 e 0,599; médio, entre 0,6 e 0,699; alto, entre 0,7 e 0,799; e, muito alto, para aqueles acima de 0,8 até 1).

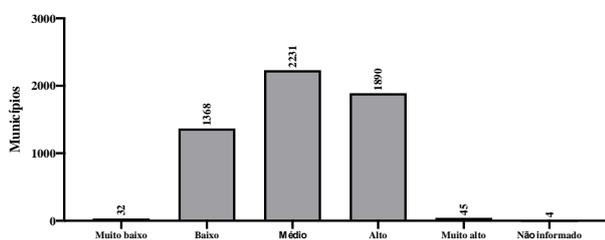


Figura 2. Distribuição dos municípios de acordo com a categoria do IDHM.

Com relação à caracterização do gestor da pasta responsável pela gestão dos esportes, a figura a seguir apresenta a distribuição da escolaridade dos gestores de acordo com o gênero.

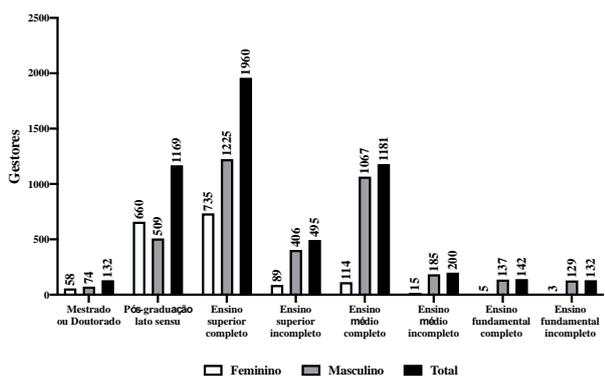


Figura 3. Distribuição dos gestores de acordo com a escolaridade.

Ao avaliar o perfil de escolaridade dos gestores em cada região do Brasil, pode-se constatar que 70% dos gestores da região sul possuíam ensino superior ou acima. Já a região Sudeste possuía 62%, Centro-Oeste 61%, Nordeste 55% e Norte 46%. Já o percentual de gestores com ensino médio ou inferior foi de 43% na região Norte, 35% no Nordeste, 30% no Sudeste e Centro-Oeste e 21% na região Sul.

De acordo com os dados, o total de servidores públicos municipais que trabalhavam na gestão do esporte no Brasil em 2016 era de 68.737, uma média de 12,3 pessoas por

município e de 0,33 servidores para cada mil habitantes. Imaginando um cenário ideal de esporte inclusivo escolar, investimento pleno em esporte de rendimento e um bom nível de atividades esportivas de lazer, cada servidor seria responsável pelo gerenciamento das atividades de cerca de 3 mil habitantes. A figura a seguir apresenta a distribuição dos servidores vinculados à gestão do Esporte de acordo com o grupo de tamanho dos municípios.

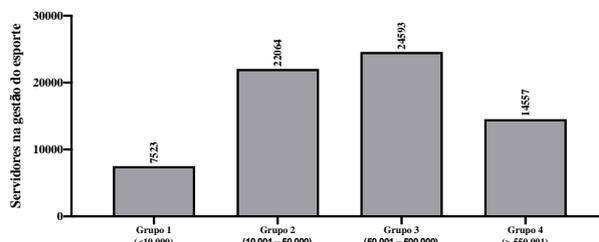


Figura 4. Distribuição dos servidores vinculados à gestão do esporte de acordo com o tamanho dos municípios.

Com relação à diferença entre os quantitativos de servidores vinculados à gestão do esporte por grupos de municípios, fica evidente que os municípios maiores possuem um quantitativo expressivo de servidores, todavia, se calcularmos a média de servidores por mil habitantes, pode-se perceber que quanto maior o município menor a proporção relativa (0,59 no Grupo 1; 0,42 no Grupo 2; 0,31 no Grupo 3; 0,24 no Grupo 4).

No que tange à gestão pública, existem alguns instrumentos que têm grande relevância política e administrativa. A partir disso, verificou-se a existência de instrumentos de gestão relacionados ao esporte por parte dos municípios e, ainda, que cerca de 77,95% apresenta a inserção do esporte na Lei Orgânica do município, apenas em 20,84% dos municípios possui um conselho municipal de esporte, 7,28% possui de um Sistema de Esportes e 4,54% possuem outros instrumentos de gestão.

Com relação à inserção do esporte nas estruturas municipais, percebe-se que, dentre os municípios que possuam o tema Esporte com caráter de Secretaria, ou seja, como um órgão de primeiro escalão na Administração Pública Municipal, estão 74,8% dos municípios (sendo que em 11,5%, a pasta tratava exclusivamente do Esporte e, em 63,3%, a secretaria era compartilhada com outra pasta). Já em 1,1% dos municípios, a gestão era realizada por um órgão da administração indireta, como fundações esportivas municipais. Ainda, pode-se observar estruturas em um nível hierárquico inferior, sendo 16,2% como setores subordinados a outras secretarias, 5,5% subordinados diretamente à chefia do Executivo e 2,3% sem estruturas. Tal dado pode evidenciar diferenças na autonomia relacionada à gestão do esporte nestes locais.

Com efeito, é esperado que municípios maiores tenham melhores condições econômicas para sustentar estruturas maiores e atender de forma mais específica aos anseios das suas populações, enquanto municípios menores costumam ter estruturas menores, seja por razões econômicas, seja por

uma demanda menor. Quanto ao tipo da estrutura administrativa relacionada ao esporte, verifica-se que em todas as categorias de tamanho dos municípios, a maior parte da amostra possui uma secretaria em conjunto com outras (60% no Grupo 1; 65% no Grupo 2; 67% no Grupo 3; 68% no Grupo 4) e, com relação à existência de uma secretaria exclusiva ou administração direta, os percentuais foram menores (10% no Grupo 1; 13% no Grupo 2; 23% no Grupo 3; 27% no Grupo 4). De modo geral, a menor parte da amostra não possui estruturas esportivas (4% no Grupo 1; 1% no Grupo 2; 0% no Grupo 3; 0% no Grupo 4).

A partir do cruzamento das informações, constata-se que há uma tendência de que, quanto maior for o município, maior a incidência de estruturas exclusivas, como secretarias e órgãos da administração indireta. Também é possível observar que, quanto menor o município, maior a tendência deste possuir apenas um setor subordinado ou de não possuir estrutura nenhuma. Dessa forma, no que diz respeito à gestão municipal, a premissa de que o porte do município tem relação com a existência de estrutura gerencial é verdadeira.

Ao analisar os resultados, fica evidente que, na maior parte das prefeituras, a gestão do esporte é compartilhada com, ao menos, uma pasta. A maior parte dos municípios possui associações com o lazer ($n=2324$), seguido da cultura ($n=2311$) e da educação ($n=1884$). Além disso, são verificadas associações com o turismo ($n=1165$), juventude ($n=466$), saúde ($n=13$) e outros ($n=360$). Tal análise nos permite perceber que, apesar de o esporte estar muito associado à promoção da saúde, é pouco comum que a gestão seja feita pela secretaria responsável por essa dimensão. Outro ponto interessante é a frequência com que a gestão do esporte está vinculada à secretaria de educação, denotando uma atenção mais focada no esporte escolar, em detrimento do esporte de rendimento, por exemplo. Contudo, a maior relevância se concentra nas pastas de lazer.

Quanto à realização de ações, projetos e programas no âmbito do esporte escolar, de rendimento e de lazer, observa-se que cerca de 88,4% dos municípios brasileiros realizaram alguma atividade de lazer nos últimos 24 meses, 84,0% desenvolveram ações de esporte escolar e 62,4% ações de rendimento. A figura a seguir apresenta a distribuição das ações, projetos e programas desenvolvidos de acordo com a categoria de tamanho dos municípios. Constatou-se que, conforme aumenta a categoria de tamanho dos municípios, menor é a diferença entre a manifestação das ações desenvolvidas, evidenciando uma execução de ações mais igualitária em municípios maiores. Quanto às diferenças evidenciadas na quantidade de ações desenvolvidas, é válido ressaltar que o Grupo 1 possui o maior número de municípios da amostra, logo, este fator justifica o expressivo número de ações apresentadas dentro desta categoria e, conseqüentemente, o menor número de ações apresentadas no Grupo 4 (que possui a menor parte da amostra).

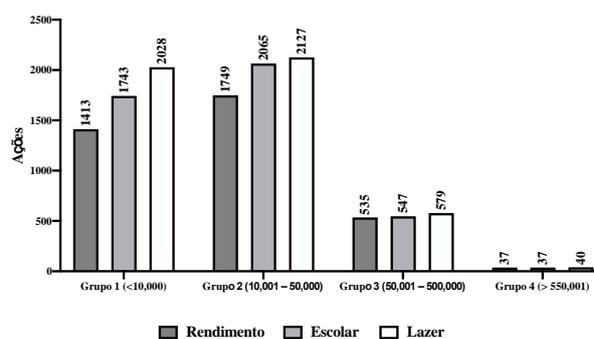


Figura 5. Distribuição das ações de acordo com o tamanho da população.

Além disso, ao verificar a distribuição das ações de acordo com a categoria do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), verifica-se que os municípios com IDH baixo, médio e alto são os que desenvolveram o maior número de ações esportivas. A figura a seguir apresenta esta distribuição.

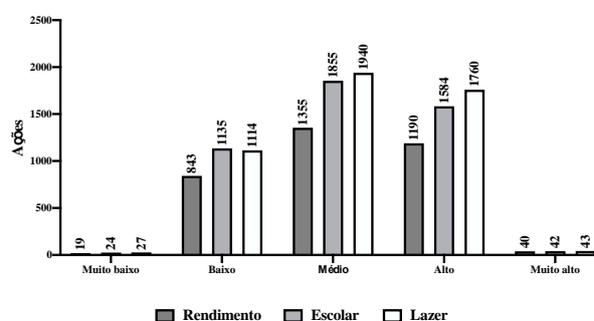


Figura 6. Distribuição das ações de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Então, pode-se verificar que os municípios com índices extremos, sejam eles mínimos ou máximos, apresentaram os menores números de ações esportivas desenvolvidas. A partir disso, com o intuito de averiguar se existe uma relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) com a execução de ações esportivas nas determinadas manifestações esportivas por parte dos municípios, realizou-se o teste de Regressão Logística. Os dados referentes às variáveis na equação do teste de Regressão Logística estão dispostos a seguir (Tabela 1):

O modelo de Regressão Logística avaliou se a realização de ações, projetos e programas esportivos foi influenciada pelos diferentes níveis do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). A partir do teste, verificou-se que as categorias mais altas do IDHM (IDHM médio e alto) podem ser consideradas previsoras do desenvolvimento de ações na manifestação de rendimento ($OR=4.234$, $IC95\%=1.432-12.524$ para IDHM médio e $OR=4.785$, $IC95\%=1.683-13.604$ para IDHM alto). Ou seja, pode-se notar que o fato de um município possuir IDHM mais alto aumenta as chances daquele município investir em ações de rendimento.

Por outro lado, não foi possível observar a existência de uma relação entre as categorias do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) com a execução de

ações esportivas nas manifestações educacionais e de lazer. Com base nos resultados apresentados, é possível concluir que o IDHM pode ser considerado um fator de predição para uma maior realização de ações, projetos e programas esportivos da manifestação de rendimento.

Tabela 1.

Regressão Logística tendo como referência a categoria de IDHM "muito alta"				
Realizou ações, projetos e programas esportivos?				
Educativa				
Variables	B	Wald	p	Exp(B)
IDHM muito baixo	1.263	2.172	.141	3.536
IDHM baixo	0.844	1.490	.222	2.326
IDHM médio	0.890	1.930	.165	2.436
IDHM alto	0.907	2.205	.138	2.478
IDHM muito alto	0**	.	.	.
Rendimento				
Variables	B	Wald	p	Exp(B)
IDHM muito baixo	1.057	2.116	.146	2.878
IDHM baixo	1.188	4.083	.043	3.281
IDHM médio	1.443	6.804	.009*	4.234
IDHM alto	1.565	8.622	.003*	4.785
IDHM muito alto	0**	.	.	.
Lazer				
Variables	B	Wald	p	Exp(B)
IDHM muito baixo	-.488	.230	.631	.614
IDHM baixo	.198	.058	.810	1.219
IDHM médio	.237	.095	.758	1.268
IDHM alto	-.010	.000	.989	.990
IDHM muito alto	0**	.	.	.

* Valores estatisticamente significativos ($p > 0,01$).

** Este parâmetro está definido como zero porque é redundante.

Fonte: dados da pesquisa.

Discussão

Ao analisar a estrutura da gestão pública do Esporte nos municípios do Brasil, fica evidente uma divergência no delineamento de ações esportivas pelo país. As análises realizadas neste estudo evidenciaram algumas diferenças existentes entre municípios de diferentes portes e, também, em relação ao seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM).

O exame da relação entre os Índices de Desenvolvimento Humano municipais e as variáveis observadas, em todas as análises, permite afirmar que há uma disparidade evidente entre os municípios mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos no contexto do acesso às Políticas de Esporte. Os municípios mais desenvolvidos possuem mais instrumentos, realizam mais eventos, possuem mais estrutura. Dessa forma, não é audacioso afirmar que o pleno desenvolvimento socioeconômico e cultural de um povo passa pelo desenvolvimento pleno do Esporte.

A partir das análises realizadas, é possível afirmar que há uma disparidade evidente entre os municípios mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos no contexto do acesso às Políticas de Esporte (Castro, Camargo, Mezzadri, 2023). O primeiro ponto evidente nessa análise é a supremacia masculina na gestão da política de esportes, uma vez que apenas 31% das prefeituras possuem uma mulher no comando da secretaria responsável. Além disso, evidencia-se a diferença entre a escolaridade dos homens e das mulheres para ocupar

o cargo de gestor. Enquanto entre as mulheres 86,6% têm ensino superior ou graduação acima disso, com destaque para os 42,8% que possuem pós-graduação, mestrado ou doutorado, entre os homens, o percentual de gestores com ensino superior ou graduação acima é de 48,4%, sendo que apenas 15,6% possuem pós-graduação, mestrado ou doutorado. O resultado dessa análise pode indicar que a exigência para as mulheres ocuparem cargos de gestão na administração pública é maior do que para os homens, evidenciando possíveis problemas relacionados ao gênero nos processos de gestão (Ducleos-Bastías et al., 2023; Miltersteiner, 2018; Biasoli, 2016; Oliveira, Teixeira, 2009).

Com relação à escolaridade total, é significativo o número de gestores com ensino superior ou graduação acima de 60%. Entretanto, também há destaque para os 30,5% que possuem apenas o ensino médio - ou inferior, 8,7%. Tendo em vista a complexidade inerente e a responsabilidade, torna-se cada vez mais relevante que os gestores tenham conhecimento técnico para executar suas tarefas (Ducleos-Bastías et al., 2023; Starepravo, Souza, Milani, 2019; Gallina, Junior, Ferreira, 2019; Júnior et al., 2017). Tais apontamentos trazem à tona a importância do capital humano nos processos de gestão (Becker, 1994), evidenciando quão significativo podem ser os conhecimentos de um gestor em todo o processo de gestão pública.

Outro ponto significativo evidenciado nos resultados consiste na tendência de que, quanto maior for o município, maior a incidência de estruturas de gestão exclusivas, tais como secretarias e órgãos da administração indireta. Averiguou-se que, de forma recorrente, a gestão do esporte se desenvolve vinculada a secretarias de lazer, cultura e educação. Com relação a isso, pode-se traçar um paralelo entre o período pesquisado e o início de um processo de modificação da gestão do esporte no Brasil, tendo em vista que, por exemplo, os dados utilizados nesta pesquisa são de 2016 e, posteriormente, em 2019 o próprio Ministério do Esporte sofreu uma modificação e deixou de ser uma pasta exclusiva, tornando-se uma Secretaria Especial dentro de outro Ministério. Tal fato pode ter sido influenciado pelo término de megaeventos esportivos que teriam sido realizados no país e, de o fato do esporte ter perdido espaço na agenda política brasileira. Vale ressaltar que, no ano de 2023, o Ministério do Esporte foi reestabelecido.

Ao analisar o foco dado pelos municípios às diferentes manifestações esportivas (educacional, rendimento e lazer), percebe-se que as categorias do IDHM mais altas (IDHM médio e alto) foram consideradas previsoras para um maior desenvolvimento de ações na manifestação de rendimento. Tal fato indica que quando os municípios possuem IDHM menor, acabam priorizando ações educacionais ou de lazer – o que vai de encontro com o determinado pela Constituição – e, quando possuem IDHM maior, consequentemente maiores são os aportes em ações de rendimento e menor é a diferença de investimento entre as manifestações. Tal resultado corrobora com os apontamentos de Santos (2018), sobre o fato de o porte dos municípios e do IDHM influenciarem na capacidade de investimentos na manifestação

de esporte e lazer, principalmente, se considerarmos que as associações aqui evidenciadas foram significativas apenas nos municípios com IDHM maior.

A Constituição Federal brasileira prevê que haja prioridade na distribuição de recursos ao esporte educacional (Brasil, 1988), entretanto, diferente do que preconiza a legislação, em períodos de megaeventos esportivos, o esporte de rendimento pode chegar a receber quantias superiores de recursos públicos na esfera federal (Castro et al., 2023; Figuerôa et al., 2014; 2014; Athayde, 2014; Almeida, 2010). O estudo de Castro, Camargo e Mezzadri (2023) apresentou diferentes apontamentos sobre a relação entre o financiamento esportivo e o IDHM, com base nisso, os autores evidenciaram que os estudos de Santos e Hirata (2017), Santos et al. (2019) e Santos e Santos (2019) refutam a hipótese de que o IDHM pode ser um fator explicativo para os investimentos no esporte e lazer, assim como, em contraponto, apresentaram os estudos de Santos (2018) e de Santos e Santos (2018) para corroborar com a existência de associação entre estas variáveis.

Com base nisso, os dados evidenciados no presente estudo apresentaram relações significativas, indicando que o fato de um município ter IDH muito alto aumenta as chances deste município investir no esporte de rendimento – quando comparado com município de categorias mais baixas. Ainda, percebe-se que os municípios com IDH mais baixos possuem uma diferença maior na realização de ações entre as manifestações.

A possível razão para este confronto com estudos anteriores se dá tendo em vista que o presente estudo não buscou identificar as diferenças no montante investido em cada uma das manifestações esportivas e, sim, verificar se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal contribui para a modificação na tendência de investimento em cada uma das manifestações esportivas. Logo, ainda que a manifestação de rendimento não seja a que possui as maiores receitas públicas municipais (Castro, Camargo e Mezzadri, 2023), é possível afirmar que, quanto mais desenvolvido é um município (IDH muito alto), maior é a tendência de se investir no esporte de rendimento.

Mas, quais seriam as possíveis razões para o fato de um município com menor desigualdade social – ou seja, possuir um melhor Índice de Desenvolvimento Humano – possuir uma tendência maior de realizar ações, programas e projetos esportivos de rendimento? Podemos citar algumas possíveis razões, tais como uma maior disponibilidade de recursos financeiros (maior receita municipal), maior demanda e procura pelo esporte de rendimento ou, ainda, melhores infraestruturas e condições para a prática de esportes de rendimento, por meio da existência de clubes, estádios, ginásios, piscinas, entre outras instalações esportivas.

Logo, é possível sugerir que possuir um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal mais elevado pode proporcionar um cenário mais propício para o desenvolvimento de ações esportivas de rendimento e, desse modo, tal manifestação entra em evidência e acaba sendo priorizada pela agenda política do município. Todavia, ainda que esta

pesquisa traga resultados relevantes acerca da gestão do esporte municipal e a relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), é importante ressaltarmos algumas limitações, tais como o fato de não terem sido mensuradas outras variáveis externas capazes de interferir nessa relação, tais como a receita pública municipal específica para cada uma das manifestações, o perfil socioeconômico da população, entre outros fatores. Ainda, ressalta-se a questão temporal da amostra como um limitador, considerando que o censo demográfico ocorreu em 2010 e o suplemento do esporte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) em 2016, sendo estas as últimas fontes de dados oficiais, não tendo sido atualizadas posteriormente (Agência Brasil, 2021). Com base nisso, institutos de pesquisa e universidades têm desenvolvido pesquisas à parte, tais como, por exemplo, o instrumento Gestão do Esporte nos Estados e Municípios (GEEM), desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), considerado atualmente uma expressiva fonte de dados sobre a gestão do esporte no Brasil (Inteligência Esportiva, 2023).

Conclusão

O presente estudo se propôs a descrever as características da gestão esportiva municipal e verificar se o índice de desenvolvimento humano municipal exerce influência sobre o desenvolvimento de políticas esportivas educacionais, de rendimento ou de lazer.

Além disso, por meio dos dados analisados, foi possível perceber que a maior parte da amostra consiste em municípios relativamente pequenos (possuem menos que 50.000 habitantes), que possuem, majoritariamente, gestores esportivos do gênero masculino, especializados com ensino superior completo e com um expressivo quadro de servidores relacionados ao setor esportivo. Quanto aos instrumentos políticos relacionados à gestão do esporte, podemos perceber que a maior parte dos municípios brasileiros aborda o esporte em sua Lei Orgânica, assim como gerenciam o esporte por meio de secretarias municipais (sejam elas específicas, subordinadas ou compartilhadas com outra secretaria). No caso das secretarias compartilhadas, verificou-se que mais da metade da amostra analisada administra o esporte em conjunto com o lazer, a cultura e a educação. A partir disso, observou-se que as ações desenvolvidas por tais secretarias abordam, além do esporte de rendimento, o esporte escolar, o lazer e a inclusão social.

Todavia, constatou-se que a tendência de realização de ações esportivas de rendimento ocorre de forma mais elevada em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal maior e que o investimento público ocorre de maneira mais desigual quando os municípios possuem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal mais baixos.

Referências

Almeida, B. S. de, & Marchi Jr., W. (2010). O

- financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). *Movimento*, 16(4), 73-92. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.13103>
- Agência Brasil (2021). STF decide que censo deverá ser realizado em 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-05/stf-decide-que-censo-devera-ser-realizado-em-2022>. Acesso em: 27 de julho de 2021.
- Athayde, P. F. A. (2014a). A disputa pelo fundo público no âmbito do financiamento esportivo brasileiro. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, 36(2): S636-S651.
- ATLASBR - Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. (2020). Índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em: <https://1drv.ms/b/s!AuwEBHxVU0YSgbJBdayP5QZdxTsoQ>. Acesso em 30 nov. 2020.
- ATLASBR - Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. (2020). Você sabe o que é? Desenvolvimento humano. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>. Acesso em 10 fev. 2021.
- ATLASBR - Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. (2020). Ranking. 2020. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em 30 nov. 2020.
- Alves, J. A. B., & Pieranti, O. P. (2007). O Estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. *RAE eletrônica*, 6. <https://doi.org/10.1590/S1676-56482007000100002>
- Becker, G. S. (1994). Human capital revisited. In *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education*, Third Edition (pp. 15-28). The University of Chicago Press.
- Biasoli, P. K. (2016). Mulheres em cargos de gestão: dificuldades vinculadas ao gênero. *Indicadores econômicos FEE*, 43(3), 125-140. <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/3672/3665>
- Brasil (2023). *Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14597.htm.
- Brasil (2015). *Lei Federal nº 13.155, de 4 de agosto de 2015*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13155.htm.
- Brasil (2001). *Lei Federal nº 10.264, Lei Agnelo Piva, 16 de julho de 2001*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Cci-vil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm.
- Brasil (1998). *Lei Federal nº 9.615 de 24 de março de 1998, mais conhecida como Lei Pelé*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm.
- Brasil (1993). *Lei Federal nº 8.672, foi promulgada em 6 de julho de 1993, Lei Zico*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8672.htm.
- Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Castro, S. B. E., Camargo, P. R., & Mezzadri, F. M. (2023). Municípios brasileiros e o orçamento público para o esporte (2002-2018). *Podium*, 12(1), 38-63.
- Castro, S. B. E., Souza, J. V. M., Camargo, P. R., & Mezzadri, F. M. (2023). Government budget and priorities for sports in Brazil (2004-2020), *Managing Sport and Leisure*, <https://doi.org/10.1080/23750472.2023.2196529>.
- Duclos-Bastías, D., Matus-Castillo, C., Flández-Valderama, J., Cornejo-Améstica, M., & Giakoni-Ramírez, F. (2023). Valoración de las competencias profesionales en gestores deportivos municipales de Chile (Valuations of professional competencies in municipal sports managers in Chile). *Retos*, 50, 831-837. <https://doi.org/10.47197/retos.v50.100016>
- Figueroa, K. M., Mezzadri, F. M., & Silva, M. M. (2014). Rio 2016 e os legados de esporte e lazer. *Licere*, 17(3): 99-133. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2014.974>
- Figueroa, K. M., Sevegnani, P., Mezzadri, F. M., & Silva, M. M. (2014). Planejamento, ações e financiamento para o esporte em tempos de megaeventos. *Motrivivência*, 26(42): 55-71. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2014v26n42p55>
- Gallina, A. S., Junior, A. E. S. R., & Ferreira, J. C. (2019). Teoria dos recursos cognitivos e capital humano: a influência do grau de instrução formal na gestão dos municípios da região sul do Brasil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 18, 1-14. <https://www.re-dalyc.org/journal/4775/477556753012/477556753012.pdf>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Suplemento de Esportes de 2016. (2017). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/19879-suplementos-munic2.html?edicao=10692&t=downloads>. Acesso em 30 nov. 2020.
- Júnior, V. M. V., Buzatto, T. R. B., Medeiros, C. R. O., & Heinzmann, L. M. (2017). Formação de competências do gestor público. *Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)-ISSN 2177-4153*, 15(1), 60-79. DOI: 10.5935/2177-4153.20170004
- Kothari, C. R. (2004). *Research methodology: Methods and techniques*. Nueva Delhi, India: New Age International.
- Milstersteiner, R. K. (2018). Liderança feminina: percepções, reflexões e desafios para a administração pública fluminense (Doctoral dissertation). <https://biblioteca-digital.fgv.br/dspace/handle/10438/27145>
- Oliveira, G. A. S., Teixeira, A. P. O. (2009). Trilhando um novo caminho: a gestão esportiva. *Revista Gênero*, 10(1). <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/download/30891/17979>

- Santos, E. S. dos. (2018). Gastos na função Desporto e lazer pelos municípios do estado do Maranhão. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, 8 (2): 138-150.
- Santos, E. S., & Hirata, E. (2017). Investimento na função desporto e lazer por níveis de Índice de Desenvolvimento Humano. *Caderno de Educação Física e Esporte*, 15(2), 49-55.
- Santos, E. S., Canan, F., & Starepravo, F. A. (2018). Investimentos na função Desporto e Lazere por parte dos municípios da Bahia de 2002 a 2011. *J. Phys. Educ.*, 29 (1). <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v29i1.2944>
- Santos, E. S. (2019). Descentralização do Programa Segundo Tempo e Níveis de Desenvolvimento Humano (IDH). *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 22(3), 207-224. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.15310>
- Santos, E. S., & Santos, A. G. (2018). Participação dos municípios do estado do Espírito Santo nos gastos da Função Desporto e Lazer. *Conexões*, 16(3), 312-324. <https://doi.org/10.20396/conex.v16i3.8653010>
- Sentone, R. G., López-Gil, J. F., Caetano, C. I., Cavichiolli, F. R. (2020). Relationship between human development index and the sport results of Brazilian swimming athletes. *J. Hum. Sport Exerc.*14. DOI: <https://doi.org/10.14198/jhse.2019.14.Proc5.22>
- Silva, J. V. P. da, & Ungheri, B. O. (2023). Implementación del PELC en un contexto universitario: participación popular, posibilidades y limitaciones para el deporte y el ocio estudiantil (Implementation of PELC in a university context: popular participation, possibilities and limitations to student sports and leisure). *Retos*, 47, 400–407. <https://doi.org/10.47197/retos.v47.95627>
- Starepravo, F. A., Souza, V. de F. M., Milani, F. G. (2019). Políticas públicas na Educação Física. Curitiba: Intersaberes.